



FMS-SL
Assistente Administrativo

LÍNGUA PORTUGUESA

Compreensão e interpretação de texto	1
Tipologia e gêneros textuais.....	7
Figuras de linguagem.....	17
Significação de palavras e expressões. 5. Relações de sinonímia e de antonímia.	22
Ortografia.....	23
Acentuação gráfica.....	24
Uso da crase.	26
Fonética e Fonologia: som e fonema, encontros vocálicos e consonantais e dígrafos.	27
Morfologia: classes de palavras variáveis e invariáveis e seus empregos no texto. ...	29
Locuções verbais (perífrases verbais).....	40
Funções do “que” e do “se”.	41
Formação de palavras.	44
Elementos de comunicação.	45
Sintaxe: relações sintáticas- semânticas estabelecidas entre orações, períodos ou parágrafos (período simples e período composto por coordenação e subordinação).	46
Concordância verbal e nominal.....	51
Regência verbal e nominal.....	53
Colocação pronominal.....	55
Emprego dos sinais de pontuação e sua função no texto.....	57
Elementos de coesão.....	61
Função textual dos vocábulos.....	63
Variação linguística.....	64
Exercícios.....	65
Gabarito.....	77

LEGISLAÇÃO

Evolução histórica da organização do sistema de saúde no Brasil e a construção do Sistema Único de Saúde (SUS) - princípios, diretrizes, estrutura, organização e arcabouço legal	1
Controle social no SUS	5
Resolução 453/2012 do Conselho Nacional da Saúde.....	7
Constituição Federal, artigos de 194 a 200.....	12
Lei Orgânica da Saúde - Lei nº 8.080/1990	15



Lei nº 8.142/1990	33
Decreto Presidencial n 7.508, de 28 de junho de 2011	35
Determinantes sociais da saúde	41
Epidemiologia e Sistemas de informação em saúde.....	42
Lei Orgânica do Município de São Leopoldo	50
Política Nacional de Atenção em Saúde: direito dos usuários e obrigações dos profissionais de saúde.....	99
Norma Regulamentadora nº 32.....	142
Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - Lei 13.709/18	143
HumanizaSUS	165
Exercícios	181
Gabarito.....	186

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS (SEM BIBLIOGRAFIA)

As comunicações oficiais: aspectos gerais da redação oficial; a redação dos atos normativos e comunicações; aplicação de princípios da ortografia e de elementos da gramática à redação oficial.....	1
Arquivologia: gestão, classificação e avaliação de documentos; organização, planejamento, sistemas e métodos de arquivamento.....	18
Arquivística e informática	33
Legislação arquivística	34
Comportamento organizacional.....	35
As pessoas, os grupos e a dinâmica organizacional.....	35
Comunicação.....	36
Liderança e poder.....	39
Conflito e negociação	40
Ética geral e profissional: conceitos e fundamentos	40
Relações de trabalho.....	41
A responsabilidade social das empresas	41
Assédio.....	42
Atendimento ao público: excelência e atendimento de qualidade na recepção e ao telefone.....	42
Introdução à Administração: conceito de administração; habilidades, competências e papéis do administrador e os processos administrativos.....	45
Administração de pessoas: conceito e processos.....	66
Administração de recursos materiais, patrimoniais e logística: compras e estoques ..	70
Componentes da logística	102
Noções básicas de editor eletrônico de texto LibreOffice Writer e planilha eletrônica Libre Office Calc	103
Redação empresarial: tipos de correspondências; estruturas e formas de tratamento	112
Exercícios	113
Gabarito.....	124

SUMÁRIO



Definição Geral

Embora correlacionados, esses conceitos se distinguem, pois sempre que compreendemos adequadamente um texto e o objetivo de sua mensagem, chegamos à interpretação, que nada mais é do que as conclusões específicas. Exemplificando, sempre que nos é exigida a compreensão de uma questão em uma avaliação, a resposta será localizada no próprio no texto, posteriormente, ocorre a interpretação, que é a leitura e a conclusão fundamentada em nossos conhecimentos prévios.

Compreensão de Textos

Resumidamente, a compreensão textual consiste na análise do que está explícito no texto, ou seja, na identificação da mensagem. É assimilar (uma devida coisa) intelectualmente, fazendo uso da capacidade de entender, atinar, perceber, compreender. Compreender um texto é apreender de forma objetiva a mensagem transmitida por ele. Portanto, a compreensão textual envolve a decodificação da mensagem que é feita pelo leitor. Por exemplo, ao ouvirmos uma notícia, automaticamente compreendemos a mensagem transmitida por ela, assim como o seu propósito comunicativo, que é informar o ouvinte sobre um determinado evento.

Interpretação de Textos

É o entendimento relacionado ao conteúdo, ou melhor, os resultados aos quais chegamos por meio da associação das ideias e, em razão disso, sobressai ao texto. Resumidamente, interpretar é decodificar o sentido de um texto por indução.

A interpretação de textos compreende a habilidade de se chegar a conclusões específicas após a leitura de algum tipo de texto, seja ele escrito, oral ou visual.

Grande parte da bagagem interpretativa do leitor é resultado da leitura, integrando um conhecimento que foi sendo assimilado ao longo da vida. Dessa forma, a interpretação de texto é subjetiva, podendo ser diferente entre leitores.

Exemplo de compreensão e interpretação de textos

Para compreender melhor a compreensão e interpretação de textos, analise a questão abaixo, que aborda os dois conceitos em um texto misto (verbal e visual):

FGV > SEDUC/PE > Agente de Apoio ao Desenvolvimento Escolar Especial > 2015

Português > Compreensão e interpretação de textos

A imagem a seguir ilustra uma campanha pela inclusão social.



“A Constituição garante o direito à educação para todos e a inclusão surge para garantir esse direito também aos alunos com deficiências de toda ordem, permanentes ou temporárias, mais ou menos severas.”

A partir do fragmento acima, assinale a afirmativa **incorreta**.

- (A) A inclusão social é garantida pela Constituição Federal de 1988.
- (B) As leis que garantem direitos podem ser mais ou menos severas.



Legislação

SUS é a sigla para Sistema Único de Saúde, o sistema público de saúde do Brasil. O conceito do Sistema Único de Saúde (SUS), no Brasil, tem como objetivo promover o acesso universal e igualitário à saúde. O SUS é descentralizado e baseado em princípios de integralidade, universalidade e equidade.

— Fundamentação Legal

A Constituição Federal de 1988 é a principal base legal para o SUS. O artigo 196 estabelece que a saúde é um direito de todos e dever do Estado. A Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) e a Lei nº 8.142/1990 também são fundamentais na organização e funcionamento do SUS.

— Financiamento

O financiamento do SUS é tripartite, envolvendo recursos da União, dos Estados e dos municípios. A Emenda Constitucional 29/2000 regulamenta a destinação de recursos para a saúde, fixando percentuais mínimos a serem aplicados pelos entes federativos.

— Princípios

Universalidade: o acesso aos serviços de saúde deve ser garantido a todos, sem discriminação.

Equidade: busca reduzir desigualdades, garantindo atendimento proporcional às necessidades de cada indivíduo.

Integralidade: prevê a prestação de serviços que contemplem a totalidade das ações de promoção, prevenção e recuperação da saúde.

— Diretrizes

Descentralização: distribuição de responsabilidades entre os diferentes níveis de governo.

Regionalização: Organização dos serviços de saúde em regiões, buscando maior eficiência e integralidade.

Participação da Comunidade: envolve a população na formulação de políticas e no controle das ações de saúde.

— Articulação com Serviços de Saúde

O SUS engloba uma rede hierarquizada de serviços que vai desde a atenção básica até a alta complexidade. A articulação entre esses serviços é essencial para garantir um atendimento integral e eficiente.

É importante ressaltar que o SUS enfrenta desafios, como a necessidade de melhoria na gestão, aumento de investimentos e superação de desigualdades regionais. O debate contínuo sobre políticas de saúde é fundamental para aprimorar o sistema e garantir o pleno exercício do direito à saúde no Brasil.

O Sistema Único de Saúde (SUS) brasileiro é mundialmente conhecido por ser um dos maiores, mais complexos e mais completos sistemas de saúde vigentes. Ele abrange procedimentos de baixa complexidade, como aqueles oferecidos pela Atenção Primária à Saúde (APS), e de alta complexidade, como por exemplo, transplante de órgãos. Dessa maneira, garante acesso universal e integral, de forma gratuita para a população. O SUS pode ser definido como o conjunto de ações e de serviços de saúde prestados pela federação, junto de seus estados e municípios.

Até meados dos anos 80, a concepção de saúde era dada pela “ausência de doença”, contudo, com o fim da Ditadura Militar e com a 8ª Conferência Nacional de Saúde (1986), ampliou-se o conceito de saúde pública no Brasil quando propôs a ideia de uma saúde preventiva, participação da população nas decisões envolvendo a saúde brasileira, descentralização dos serviços e mudanças embasadas no direito universal a saúde.

Com a publicação do relatório das decisões e pautas discutidas na 8ª Conferência Nacional de Saúde, a Constituição Federal de 1988 foi o primeiro documento a oficializar a saúde no meio jurídico brasileiro, determinando, ainda que seja promovida de forma gratuita, universal e de qualidade, para que todos tenham acesso de maneira igualitária. Dessa forma, a saúde passa a ser um direito do cidadão brasileiro e de todo aquele que estiver em território nacional e um dever do Estado.



Conhecimentos Específicos (Sem bibliografia)

A terceira edição do Manual de Redação da Presidência da República foi lançado no final de 2018 e apresenta algumas mudanças quanto ao formato anterior. Para contextualizar, o manual foi criado em 1991 e surgiu de uma necessidade de padronizar os protocolos à moderna administração pública. Assim, ele é referência quando se trata de Redação Oficial em todas as esferas administrativas.

O **Decreto de nº 9.758 de 11 de abril de 2019** veio alterar regras importantes, quanto aos substantivos de tratamento. Expressões usadas antes (como: Vossa Excelência ou Excelentíssimo, Vossa Senhoria, Vossa Magnificência, doutor, ilustre ou ilustríssimo, digno ou digníssimo e respeitável) foram retiradas e substituídas apenas por: Senhor (a). Excepciona a nova regra quando o agente público entender que não foi atendido pelo decreto e exigir o tratamento diferenciado.

A redação oficial é

A maneira pela qual o Poder Público redige comunicações oficiais e atos normativos e deve caracterizar-se pela: clareza e precisão, objetividade, concisão, coesão e coerência, impessoalidade, formalidade e padronização e uso da norma padrão da língua portuguesa.

SINAIS E ABREVIATURAS EMPREGADOS	
•	Indica forma (em geral sintática) inaceitável ou agramatical
§	Parágrafo
adj. adv.	Adjunto adverbial
arc.	Arcaico
art.; arts.	Artigo; artigos
cf.	Confronte
CN	Congresso Nacional
Cp.	Compare
EM	Exposição de Motivos
f.v.	Forma verbal
fem.	Feminino
ind.	Indicativo
ICP - Brasil	Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira
masc.	Masculino
obj. dir.	Objeto direto
obj. ind.	Objeto indireto
p.	Página
p. us.	Pouco usado
pess.	Pessoa
pl.	Plural
pref.	Prefixo
pres.	Presente
Res.	Resolução do Congresso Nacional
RICD	Regimento Interno da Câmara dos Deputados
RISF	Regimento Interno do Senado Federal